

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Aviso nº 475 /2016 – PGJ, de 21/10/2016

Avisa aos Senhores Promotores de Justiça que encaminhem à Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Competência Originária as leis municipais que disciplinem a contratação por tempo determinado fora das hipóteses destinadas a atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 115, X CE/89 e 37, IX CF/88) e/ou que não prevejam regime jurídico administrativo mas sim o regime estabelecido pela CLT.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições, considerando o Ato Normativo nº 702/11-PGJ de 30 de junho de 2011, que disciplina o encaminhamento de representação ao Procurador-Geral de Justiça para o exame da constitucionalidade de leis ou atos normativos visando à promoção de ação direta, genérica ou interventiva, **AVISA** aos Senhores Promotores de Justiça que encaminhem à Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica e Competência Originária as leis municipais que disciplinem a contratação por tempo determinado fora das hipóteses destinadas a atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 115, X CE/89 e 37, IX CF/88) e/ou que não prevejam regime jurídico administrativo mas sim o regime estabelecido pela CLT.

Publicação em:

Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, São Paulo, v.126, n.200, p.61, de 22 de outubro de 2016.

Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, São Paulo, v.126, n.201, p.52, de 25 de outubro de 2016 (Republicação).

Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, São Paulo, v.126, n.204, p.65, de 28 de outubro de 2016 (Republicação).